

# EDP Transmissão Norte S.A.

CNPJ/MF nº 43.076.117/0001-61



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

### Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)	Nota	31/12/2022	31/12/2021		Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.056	5.992	Fornecedores	12	9.191	2.174
Outros tributos compensáveis	6	130	11	Imposto de renda e Contribuição social a recolher	6	61	40
Cauções e depósitos vinculados	9	3		Outros tributos a recolher	6	550	35
Outros créditos	11	44		Outras contas a pagar	11	535	
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>2.233</b>	<b>6.003</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>10.337</b>	<b>2.249</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Cauções e depósitos vinculados	9	3.164	8	PIS e COFINS diferidos	7	5.360	308
Ativos da concessão	10	146.821	8.419	Imposto de renda e Contribuição social diferidos	7	4.538	259
		<b>149.985</b>	<b>8.427</b>	Adiantamento para futuro aumento de capital	8,1	113.206	
Imobilizado		107		Outras contas a pagar	11	122	781
		<b>107</b>	<b>-</b>	<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>123.226</b>	<b>1.348</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>150.092</b>	<b>8.427</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	13	20.951	10.951
				Prejuízos acumulados		(2.189)	(118)
				<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>18.762</b>	<b>10.833</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>152.325</b>	<b>14.430</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>152.325</b>	<b>14.430</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2022	2021
<b>Prejuízo do exercício</b>	(2.071)	(118)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(2.071)</b>	<b>(118)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	-	-	-
Constituição em 13 de julho de 2021	1		1
Aumento de capital - AGOE de 01/12/2021	10.950		10.950
Prejuízo do exercício		(118)	(118)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10.951</b>	<b>(118)</b>	<b>10.833</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>10.951</b>	<b>(118)</b>	<b>10.833</b>
Aumento de capital - AGOE de 29/04/2022	10.000		10.000
Prejuízo do exercício		(2.071)	(2.071)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>20.951</b>	<b>(2.189)</b>	<b>18.762</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	Nota	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.381	181
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Remuneração dos Ativos da concessão	(2.259)	(36)	
Margem na construção	(521)	(27)	
Depreciações e amortizações	27		
Outros	(46)	1	
	<b>(418)</b>	<b>119</b>	
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>			
Outros tributos compensáveis	(197)	(11)	
Cauções e depósitos vinculados	(3.107)	(8)	
Outros ativos operacionais	(44)		
	<b>(3.348)</b>	<b>(19)</b>	
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores	(32.919)	239	
Outros tributos a recolher	515	34	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	365		
Outros passivos operacionais	(546)	782	
	<b>(32.585)</b>	<b>1.055</b>	
<b>Caixa (aplicados nas) provenientes das atividades operacionais</b>		<b>(36.351)</b>	<b>1.155</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(74)		
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		<b>(36.425)</b>	<b>1.155</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições aos Ativos da concessão	(90.634)	(6.114)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(90.634)</b>	<b>(6.114)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Cauções e depósitos vinculados	(3)		
Adiantamento para futuro aumento de capital	113.206		
Aumento de capital social	10.000	10.951	
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	(80)		
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>21.1</b>	<b>10.951</b>
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(3.936)</b>	<b>5.992</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.056	5.992
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.992	(3.936)
		<b>(3.936)</b>	<b>5.992</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**  
A EDP Transmissão Norte S.A. (Companhia ou EDP Transmissão Norte), sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada direta da EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. (EDP Trading) e controlada final da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, foi constituída em 13 de julho de 2021, conforme Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.  
A Companhia encontra-se em fase pré-operacional de construção de sua linha de transmissão que representa em 31 de dezembro de 2022 uma evolução de 15,80% do investimento previsto no projeto e tem previsão de entrada em operação comercial em 30 de setembro de 2026, conforme contrato de concessão.
- Concessão**  
Em 30 de junho de 2021 a EDP - Energias do Brasil arrematou o lote 01 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 01/21, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 360 km e uma subestação localizada no Estado do Acre.  
A EDP - Energias do Brasil definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 30 de setembro de 2021, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 11/2021 com as seguintes características:  

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
360 km	Serviço Público	Concessão	AC/RO	LT 230kV; SE 230/69-13,8kV	30/09/2021	30/09/1951	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

  
O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.  
**2.1 Receita Anual Permitida - RAP**  
O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Lei nº 8.987 de 13 de setembro de 2014, e a RAP atualizada, conforme Lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.  
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.  
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.  
A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.  
A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.  
**4.2 Práticas contábeis**  
As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.  
**4.3 Base de mensuração**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 20.1.1.  
**4.4 Uso de estimativa e julgamento**  
Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certos transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e subsequente pelo menos trimestralmente, exceto quando a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 4.6.  
As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras,

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)	Nota	2022	2021
<b>Receitas</b>	14	133.350	8.112
<b>Custos</b>			
Custo de construção da infraestrutura da concessão	15	(130.570)	(8.049)
		<b>(130.570)</b>	<b>(8.049)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.780</b>	<b>63</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	16	(1.104)	(17)
		<b>(1.104)</b>	<b>(17)</b>
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<b>1.676</b>	<b>46</b>
<b>Resultado financeiro</b>	17		
Receitas financeiras		716	136
Despesas financeiras		(11)	(1)
		<b>705</b>	<b>135</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>2.381</b>	<b>181</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	18		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(173)	(40)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.279)	(259)
		<b>(4.452)</b>	<b>(299)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(2.071)</b>	<b>(118)</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	19		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)		(2.071,00000)	(118,00000)
ON			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)	2022	2021
<b>Geração do valor adicionado</b>	<b>138.402</b>	<b>8.419</b>
Receita com construção da infraestrutura	136.057	8.383
Atualização dos Ativos da concessão	2.345	36
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(131.214)</b>	<b>(8.066)</b>
Materiais	(100)	
Serviços de terceiros	(528)	(15)
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(130.570)	(8.049)
Outros custos operacionais	(16)	(2)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>7.188</b>	<b>353</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(27)	
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>7.161</b>	<b>353</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	717	136
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>7.878</b>	<b>489</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	309	
Benefícios	24	
FGTS	346	
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	8.720	130
Estaduais	610	476
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	10	1
Aluguéis	(70)	
	<b>9.949</b>	<b>607</b>
Prejuízo do exercício	(2.071)	(118)
	<b>7.878</b>	<b>489</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Análise da redução ao valor recuperável (Nota 4.6); Realização dos tributos diferidos (Nota 7); Determinação dos Ativos da concessão (Nota 10); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 20.1.1.3.1).

**4.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**  
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**4.6 Redução ao valor recuperável**  
A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.  
Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

**Ativos de concessão**  
São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

**Ativo não financeiro**  
A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.  
O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.  
No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

**4.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes**  
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022
<b>4.7.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC</b>				
Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Fornece uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47.	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 11 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50.	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 - Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 1/ IAS 15/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.



**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>5 Caixa e equivalentes de caixa</b>		254	77
Bancos conta movimento			
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB			5.915
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures	5.1	1.802	
		<b>1.802</b>	<b>5.915</b>
		<b>2.056</b>	<b>5.992</b>
<b>Total</b>			

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 20.2.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

**5.1 Operações compromissadas lastreadas em Debêntures**  
Operações compromissadas lastreadas em Debêntures estão remuneradas a taxa de 81,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Adiantamentos/ Pagamentos	Transfe- rência	Saldo em 31/12/2022
<b>Ativos compensáveis</b>					
Outros tributos compensáveis					
ICMS	-	9			9
IRRF sobre aplicações financeiras	11	160		(78)	93
Outros	-	28			28
Total Circulante	11	197	-	(78)	130
<b>Passivos a recolher</b>					
Imposto de renda e contribuição social a recolher	40	173	(74)	(78)	61
Total Circulante	40	173	(74)	(78)	61
Outros tributos a recolher					
ICMS	-	858	(786)		72
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	35	904	(738)		201
Encargos com pessoal	-	1.171	(894)		277
Total Circulante	35	2.933	(2.418)	-	550

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

**7 Tributos diferidos**

		Passivo	
		Não circulante	
		Nota	31/12/2022 31/12/2021
PIS e COFINS		7.1	5.360
Imposto de renda e contribuição social		7.2	4.538
<b>Total</b>			<b>9.898 567</b>

**7.1 PIS e COFINS**  
Referem-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção sob a alíquota de 3,65%.

**7.2 Imposto de renda e contribuição social**  
São registrados sobre a receita de construção considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

**7.2.1 Composição**

	Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
<b>Natureza dos créditos</b>				
<b>Diferenças Temporárias</b>				
Reconhecimento de receita	4.538	259	(4.279)	(259)
<b>Total</b>	<b>4.538</b>	<b>259</b>	<b>(4.279)</b>	<b>(259)</b>

**7.2.1.1 Outras**  
A variação refere-se ao um aumento na Receita registrada em 2022 em comparação ao ano de 2021.

**8 Partes relacionadas**

	Relacionamento	Duração	Passivo Não circulante		Despesas operacionais	
			31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
<b>Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 8.1)</b>						
EDP Trading	Controladora direta	01/04/2022 a indeterminado	113.206			
			<b>113.206</b>	-	-	-
<b>Outros créditos e outros débitos</b>						
<b>Compartilhamento dos serviços de infraestrutura (a)</b>						
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2015 a 31/12/2026	1		(4)	
<b>Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (b)</b>						
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2019 a 31/12/2023	80		(360)	
<b>Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (c)</b>						
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/01/2022 a 31/12/2022	19		(48)	
<b>Reembolso de Despesas</b>						
EDP - Energias do Brasil	Controladora indireta	01/04/2021 a indeterminado		781	(1.593)	
			<b>100</b>	<b>781</b>	<b>(412)</b>	<b>(1.593)</b>
			<b>113.306</b>	<b>781</b>	<b>(412)</b>	<b>(1.593)</b>

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

**(a) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial. Em 2021, foram assinados contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à nova sede da controladora final EDP - Energias do Brasil. O contrato celebra o compartilhamento entre a controladora e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (\*\*), Investo, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande Transmissora, EDP - Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Os demais contratos de compartilhamento de Infraestrutura relacionados à unidade da Companhia localizada em São José dos Campos, celebram o compartilhamento de espaço e serviços de infraestrutura entre a EDP São Paulo e partes relacionadas EDP Trading, Porto do Pecém, Investo, Lajeado, EDP Smart Serviços, EDP Smart Soluções e EDP Smart Energia, já o segundo contrato com as partes EDP Energias do Brasil, EDP Espírito Santo, Energest (\*\*), EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão Norte, Mata Grande, EDP Transmissão Litoral Sul e EDP Transmissão SP-MG.

Com a alienação pela controladora EDP - Energias do Brasil, das companhias Horizon Transmissão ES (\*), EDP Transmissão MA I (\*) e Horizon Transmissão MA II (\*) em dezembro de 2021 foi firmado aditivo, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, onde as mesmas estarão excluídas do compartilhamento.

A partir de 07 de fevereiro de 2022, foram firmados os aditivos com a inclusão da EDP Goiás (\*\* como parte dos contratos. Os contratos têm vigência até 31 de dezembro de 2026.

Os percentuais de rateio devem ser revistos anualmente e, em caso de alterações, os termos aditivos devem ser submetidos à anuência prévia da ANEEL.

**(b) Contrato de Compartilhamento de Atividades de BackOffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de BackOffice, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc. O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest (\*\*), Investo, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (\*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (\*), Horizon Transmissão MA II (\*) e EDP Transmissão SP-MG. Com a alienação da Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II em dezembro de 2021, a partir de 2022 elas estão excluídas do compartilhamento, fato que foi firmado em aditivo contratual.

Em 10 de dezembro de 2019 este contrato foi anulado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, com sua vigência até 31 de dezembro de 2023. Em 2022 foi firmado o aditivo com a inclusão das empresas Mata Grande Transmissora, EDP Transmissão Norte e EDP Goiás (\*\* como partes do contrato.

O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima. O contrato de compartilhamento de atividades de *backOffice* tem vigência até 31 de dezembro de 2023.

**(c) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos das atividades compartilhadas entre a controladora final EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Trading, Energest(\*\*), Investo, Lajeado, Porto do Pecém, Horizon Transmissão ES (\*), EDP Transmissão Aliança, Horizon Transmissão MA I (\*), Horizon Transmissão MA II (\*), e EDP Transmissão SP-MG. O contrato foi anulado previamente pela ANEEL, mantém o critério de rateio regulatório e possui vigência até dezembro de 2022.

(\*) Em 28 de dezembro de 2021, a controladora final a EDP - Energias do Brasil alienou as companhias Horizon Transmissão ES, Horizon Transmissão MA I e Horizon Transmissão MA II e, consequentemente, a partir desta data as mesmas foram excluídas dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

(\*\*) Em 07 de fevereiro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil adquiriu a companhia EDP Goiás.

(\*\*\*) Em 07 de dezembro de 2022, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Energest e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

**8.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC**  
A movimentação do AFAC no exercício é a seguinte:

	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
AFACs realizados no exercício - EDP Trading	123.206
Integralização de capital social - AGE 29/04/2022 (Nota 13.1)	(10.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<b>113.206</b>

Os AFACs não possuem qualquer tipo de remuneração, tendo a Companhia assumido o compromisso, em caráter irrevogável e irretirável, de utilizar tais valores exclusivamente na integralização de seu Capital social a ser aprovado na próxima Assembleia de aprovação do resultado anual.

**8.2 Controladora direta e final**  
A controladora direta da Companhia é a EDP Trading Comercialização e Serviços de Energia S.A. sendo a controladora final a EDP - Energias do Brasil que por sua vez é controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

**9 Cauções e depósitos vinculados**

	Saldo em 31/12/2021	Adição	Atualização	Resgate	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	-	3.186	49	(79)	3.156
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	-	3			3
Outros cauções	8				8
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>3.189</b>	<b>49</b>	<b>(79)</b>	<b>3.167</b>
Circulante	-				3
Não circulante	8				3.164

**10 Ativos da concessão**  
O CPC emitiu em 2009 com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 122/22 e 128/22.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura. Desta forma, esta interpretação é aplicável ao Contrato de Concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

**• Modelo do ativo financeiro**  
Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

**• Modelo do ativo intangível**  
Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

**• Modelo bifurcado**  
Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuário da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão; e (ii) eventual valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão. Assim, como a remuneração independe do nível de utilização da infraestrutura, a Companhia se enquadra no modelo do ativo financeiro.

O modelo de ativo financeiro estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47 / IFRS15. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de "ativo de contrato" até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na nota 14.

No advento do término do contrato de concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 20.2.3.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições (Notas 14 e 15)	Remuneração (Nota 14)	Margem na construção (Nota 14)	Outros	Valor líquido em 31/12/2022
Ativos da concessão	8.419	130.570	2.345	521	4.966	146.821
<b>Total</b>	<b>8.419</b>	<b>130.570</b>	<b>2.345</b>	<b>521</b>	<b>4.966</b>	<b>146.821</b>

O saldo de R\$ 146.821 em 31 de dezembro de 2022 representa a conclusão de 26,9% do investimento previsto para o projeto, acrescido de Margem de Construção, Remuneração e PIS/COFINS.

**11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo**

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
<b>Outros créditos - Ativo</b>				
Adiantamentos		44		
<b>Total</b>		<b>44</b>	-	-
<b>Outras contas a pagar - Passivo</b>				
Folha de pagamento		61		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	8		100	781
Arrendamentos e aluguéis		35	22	
Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.1	365		
Outros		74		
<b>Total</b>		<b>535</b>	<b>122</b>	<b>781</b>

**11.1 Obrigações sociais e trabalhistas**  
Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

**12 Fornecedores**

	Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e serviços	9.191	2.174
<b>Total</b>	<b>9.191</b>	<b>2.174</b>

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 de R\$9.191 refere-se ao custo com engenharia para construção da infraestrutura de transmissão elétrica.

**13 Patrimônio líquido**  
**13.1 Capital social**  
O Capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$20.951 (R\$10.951 em 31 de dezembro de 2021) totalmente subscrito e parcialmente integralizado, representado por 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP Trading.

A Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 29 de abril de 2022, deliberou aumento de capital social no montante de R\$10.000, sem emissão novas ações, mediante a capitalização de créditos decorrentes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC (Nota 8.1).

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

**14 Receita**  
As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração apresentados a seguir:

**• Receita de construção da infraestrutura de construção**  
A receita de construção é reconhecida como uma obrigação de desempenho que é atendida pela construção da linha de transmissão e seus ativos associados. O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo contratual conforme os gastos incorridos (método de insumo). A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida aos Ativos da concessão, acrescido de margem na construção e de PIS e COFINS.

A margem da obrigação de performance de construção e melhoria para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de 0,33% sobre o custo real incorrido de construção no resultado.

A referida margem é estimada pela Companhia levando-se em consideração o orçamento de custos de construção projetado por ela e suas possíveis eficiências, considerando o prazo regulatório para entrega da obra. Eventuais receitas decorrentes de antecipação de término da Linha de Transmissão são reconhecidas no resultado do exercício da efetiva antecipação comercial autorizada pela ANEEL.

Conforme o modelo praticado pela Companhia, a margem de construção é um componente de criação de valor, representa o valor presente do serviço de construção da infraestrutura da concessão e, juntamente com a margem de O&M e a taxa de remuneração do contrato (faixa implícita), contribui para zerar o valor presente do fluxo de caixa projetado de investimentos e recebimentos de RAP ao longo de todo o prazo da concessão.

**• Receita de Operação e Manutenção (O&M)**  
A receita de O&M é reconhecida mensalmente, a partir da data em que a Companhia está autorizada a operar comercialmente, como uma obrigação de desempenho que é atendida pela operação e manutenção da linha de transmissão. Esta receita é calculada com base nos montantes de custos previstos para atendimento ao contrato de concessão, acrescidos de margem.

A margem da obrigação de performance de O&M para a formação desta receita é uma estimativa contábil, sendo que em 31 de dezembro de 2022 é de 5%. Conforme o modelo de negócios praticado pela Companhia, a faixa de *mark up* para precificação deve variar de acordo com a rentabilidade do projeto alcançada no leilão de concessão. Esta faixa é baseada em estudos regulatórios internos de precificação, referências setoriais em operação e manutenção, e experiências anteriores em projetos de transmissão. A receita de O&M é ajustada mensalmente com o resultado da RAP efetivamente permitida para cobertura pelo ONS.

**• Remuneração dos Ativos da concessão**  
O contrato de concessão possui um componente de financiamento significativo, uma vez que o prazo de recebimento pela construção da infraestrutura é de longo prazo (30 anos). Dessa forma, conforme requerido pelo CPC 47, a remuneração dos ativos da concessão é calculada com base na taxa média de financiamento do projeto no momento da formalização do contrato de concessão com o Poder Concedente sobre o saldo do Ativos da Concessão.

O ofício-circular SEP nº 01/2020 orienta que a remuneração contratual deve ser feita pela taxa implícita remanescente do ativo, após a alocação das margens de construção e O&M da concessão. No entanto, ainda conforme a orientação, a taxa deve ficar próxima ao padrão de mercado de financiamento. A taxa de remuneração dos Ativos da Concessão da Companhia representa 7,45% a.a. para todo o período de Concessão e é baseada em estudos internos e em seu próprio modelo de negócios. Nesse sentido, conforme o julgamento da Companhia, a taxa residual deve representar um ponto entre o custo médio ponderado do capital e a taxa de contratação de dívida, ambos valores nominais e antes dos impostos.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidas pela ANEEL nos processos de reajustes ou revisões tarifárias, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Nota	2022	2021
Receita de construção da Infraestrutura da Concessão	14.1	136.057	8.383
Remuneração dos Ativos da concessão		2.345	36
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>10</b>	<b>138.402</b>	<b>8.419</b>
(-) Deduções à receita operacional			
PIS/COFINS		(5.052)	(307)
		<b>(5.052)</b>	<b>(307)</b>
<b>Total</b>		<b>133.350</b>	<b>8.112</b>

**14.1 Receita de construção da Infraestrutura da Concessão**  
Representa a evolução, em 2022, de 15,80% do investimento previsto no projeto (1,60% em 2021), acrescido de margem de construção e PIS/COFINS, alcançando 11,10% de investimento total previsto para a conclusão da obra.

**15 Custo de construção da infraestrutura da concessão**

	Nota	2022	2021
Terenos		8.739	361
Máquinas e equipamentos		78.703	3.639
Gastos ambientais		1.732	747
Outros		41.396	3.302
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>130.570</b>	<b>8.049</b>

**16 Despesas e Receitas operacionais**  
As Despesas e receitas operacionais são reconhecidas e mensuradas: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Despesas operacionais		
	2022	2021	
<b>Nota</b>	<b>Gerais e Administrativas</b>	<b>Gerais e Administrativas</b>	
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	16.1	425	15
Material		100	
Serviços de terceiros	16.2	528	1
Depreciação - Ativos de direito de uso		27	
Outras		24	2
<b>Total</b>	<b>1.104</b>	<b>1.104</b>	<b>17</b>
<b>16.1 Pessoal</b>			
<b>2022</b>			
Pessoal		239	
Remuneração		90	
Encargos		1	
Previdência privada - Corrente		35	
Despesas rescisórias		38	
Participação nos Lucros e Resultados - PLR		22	
Outros benefícios - Corrente		425	

**16.2 Serviços de terceiros**

	2022	2021
Serviços de consultoria		15
Serviços ambientais		

**NOTAS EXPLICATIVAS**

**EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**20.1.1.1 Ativos financeiros**

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado**
- Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**
- Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.
- **Valor justo por meio do resultado (VJR)**
- Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

**20.1.1.2 Passivos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado. Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificam para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

**20.1.1.3 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Para a apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentem saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, Arrendamento e aluguéis diferem do seu valor contábil. As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Arrendamentos e aluguéis: consistem nos contratos, ou parte dos contratos, que transferem o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

**20.1.1.3.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

**20.2 Gestão de riscos**

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão do Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida à eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realizza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Companhia sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Companhia. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de Riscos Global (EDP - Energias de Portugal S.A.).

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

**20.2.1 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui riscos de mercado associados a dívida.

**20.2.1.1 Análise de sensibilidade**

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros. A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indicadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco exposição	Aging cenário					31/12/2021
		31/12/2022		31/12/2021			
		Saldo da exposição	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI			4	8	(4)	(8)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	1.802	17	17	17		
Instrumentos ativos	CDI	202	17	17	21	8	(4)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI 7,6% e 13,8% a.a.

**20.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia, se necessário, somente utilizará linhas de créditos que possibilitem sua atavancagem operacional. Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativos da concessão (Nota 10) cujo saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	31/12/2022				31/12/2021
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Fornecedores		9.191		9.191	2.174
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				100	100
Arrendamentos e aluguéis	9	23	22	54	2.955
	<b>9.200</b>	<b>9.214</b>	<b>22</b>	<b>122</b>	<b>9.345</b>

**20.2.2.1 Capital Circulante Líquido - CCL**

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2022 foi negativo em R\$8.104 (R\$3.754 positivo em 31 de dezembro de 2021). A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, apresentando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista, aportes de capital do acionista e novas captações de dívida, para que os investimentos na construção da infraestrutura da concessão evoluam conforme o previsto.

**20.2.3 Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

- **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

**20.2.4 Riscos regulatórios**

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

**20.2.5 Riscos ambientais**

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

**20.2.6 Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura**

A Companhia poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção e atrasos na execução da obra que poderão resultar em perdas na recuperação do Ativo da Concessão, custos não previstos e/ou penalidades. Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato da Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega dos equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades, gerar penalidades regulatórias e ter efeito adverso relevante nos resultados da Companhia.

Visando mitigar este risco a Companhia adota, no momento da contratação dos fornecedores, uma série de garantias, tais como: adiantamentos, cumprimento de performance, garantia técnica, seguro de engenharia global e seguro de responsabilidade civil. Adicionalmente a Companhia procura a diversificação dos seus fornecedores, sendo que o maior não represente mais do que 40% do investimento previsto, além de fazer avaliações internas de Compliance.

**20.2.7 Risco técnico**

A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com as orientações técnicas impostas por normas nacionais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos a financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas instalações de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). Para tanto, a Companhia contratou seguro de Risco de responsabilidade civil - Engenharia, visando cobrir qualquer erro decorrente do projeto ou da execução do mesmo (Nota 23).

**20.2.8 Gestão de capital**

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinanciar as dívidas existentes.

	31/12/2022	31/12/2021
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.056)	(5.992)
(+) Cauções	(3)	-
Dívida líquida	(2.059)	(5.992)
Total do Patrimônio Líquido	18.762	10.833
Total do capital	16.703	4.841
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>-12,33%</b>	<b>-123,78%</b>

**21 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

**21.1 Atividades de financiamento**  
Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Nota	2022			
		Efeito não caixa			
		Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>					
Cauções e depósitos vinculados	-	3	-	-	3
<b>Aumento (diminuição) de passivos financiamento</b>					
Arrendamentos e aluguéis	-	(80)	3	134	57
<b>Acionistas não controladores</b>					
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	8,1	-	113.206	-	113.206
Capital social	13,1	10.951	10.000	-	20.951
		<b>10.951</b>	<b>123.126</b>	<b>3</b>	<b>134</b>
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento</b>					
		<b>10.951</b>	<b>123.123</b>	<b>3</b>	<b>134</b>
		<b>10.951</b>	<b>123.123</b>	<b>3</b>	<b>134.211</b>

	2021			
	Efeito não caixa			
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2021
<b>Acionistas não controladores</b>				
Capital social	-	10.950	-	10.950
Adiantamento para futuro aumento de capital por não controladores	-	-	1	1
		<b>10.950</b>	<b>1</b>	<b>10.951</b>

**21.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa. Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	
	2022	2021
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	134	134
<b>Total</b>	<b>134</b>	<b>134</b>

**22 Compromissos contratuais e Garantias**

**22.1 Compromissos contratuais**  
Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento. Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços vinculados à construção da linha de transmissão. Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Companhia.

Obrigações de compra	31/12/2022				31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	
Materiais e serviços	186.290	138.106	5	6	324.407
	<b>186.290</b>	<b>138.106</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>324.407</b>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

Obrigações de compra	31/12/2022				31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	
Materiais e serviços	179.850	143.546	6	9	323.411
	<b>179.850</b>	<b>143.546</b>	<b>6</b>	<b>9</b>	<b>323.411</b>

**22.2 Garantias**

**22.2.1 Seguro garantia**

O montante de seguro garantia em 31 de dezembro de 2022 de R\$23.369 (R\$22.067 em 31 de dezembro de 2021), tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 01/2021 - ANEEL, e possui vigência de 07 de setembro de 2021 a 30 de dezembro de 2026.

**23 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

	31/12/2022				31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	
Responsabilidade civil					20.000
Seguro de vida				2.411	(*)
Risco de engenharia				308.692	308.692
				<b>2.411</b>	<b>20.000</b>

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia, com os limites conforme apresentados abaixo:  
(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;  
(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$25.584;  
(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$260.477; e  
(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R\$5.327.

**24 Eventos subsequentes**

**24.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada**  
No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade em um reprocesso geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>João Manuel Veríssimo Marques da Cruz</b> Presidente	<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Vice-Presidente	<b>Carlos Emanuel Baptista Andrade</b> Conselheiro	<b>João Manuel Brito Martins</b> Conselheiro	<b>Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire</b> Conselheiro
--	---	---	---	---

**DIRETORIA EXECUTIVA**

<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Diretor-Presidente	<b>José Gleyson Fernandes Silva</b> Diretor Administrativo e Financeiro	<b>André Caetano Rocha de Andrade</b> Diretor Técnico
--	--	--